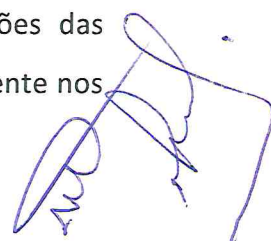
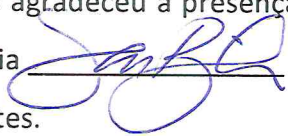
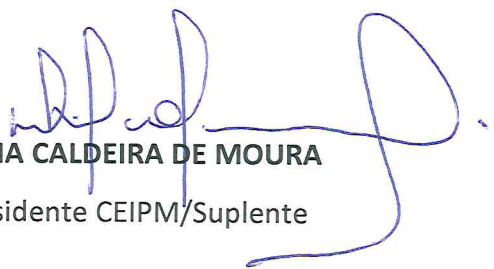


ATA DA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO ICMS – CEIPM – ICMS, RELATIVO À POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MANDATO 2019/2020.

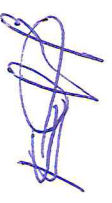
1 Aos 24 dias do mês de abril do ano de 2019 reuniram-se na Sala de Reuniões do prédio
2 da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins – SEFAZ-TO, em Palmas às 15h30 em
3 segunda instância, os Senhores Conselheiros, Dilma Caldeira de Moura, Presidente do
4 Conselho – suplente, Marco Antônio da Silva Menezes, Secretário Executivo – titular e
5 João Herculano Júnior, Secretário Executivo – suplente, todos representando a
6 Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado do Tocantins – SEFAZ, o Senhor Fábio
7 Pereira Vaz, suplente, representante da Associação Tocantinense dos Municípios, o
8 Senhor Karllayle Ribeiro de Azevedo, titular, representante do Instituto de Natureza do
9 Tocantins - NATURATINS, o Senhor Nilton Rocha Borges, titular, representante do
10 Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e o Senhor Adriano Vigilato de Almeida,
11 suplente, representante da Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
12 Encontrava-se também presente, os técnicos da Diretoria de Informações Econômicas
13 e Fiscais, o Sr. Mayko Antônio Tenório César, a Sra. Carlla Soares de França, a Sra.
14 Carmen Lúcia Mattje Feres e a Sra. Silvania Maria C. Folha Moreira. O Senhor Marco
15 Antônio da Silva Menezes realizou a chamada dos membros do Conselho, e por haver
16 quórum instaurou e abriu a sessão, em seguida passou a palavra ao Sr. João Herculano,
17 o qual citou os assuntos da pauta da Reunião. O Sr. Marco Antônio falou do aumento
18 do número de membros do Conselho, em seguida apresentou os novos componentes
19 do mesmo. Discutiram a necessidade dos membros da Assembleia participarem da
20 reunião. Em seguida, passaram para a assinatura do Termo de Posse dos conselheiros
21 para o biênio de 2019-2020. Ato contínuo, o Sr. Mayko Antônio Tenório César, Gerente
22 de Informações Econômico-Fiscais, iniciou uma apresentação de como é elaborado o
23 Índice de Participação dos Municípios, apresentando quais as legislações que são
24 aplicadas a esses, bem como o Regimento Interno do CEIPM. Destacou a importância
25 dos critérios ambientais para o aumento do índice dos municípios menores. O Sr.
26 Marco Antônio destacou também a relevância da celeridade nas prestações das
27 informações, de modo a cumprir os prazos legais para que impacte positivamente nos

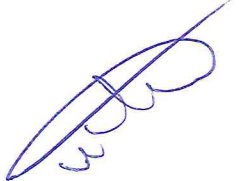


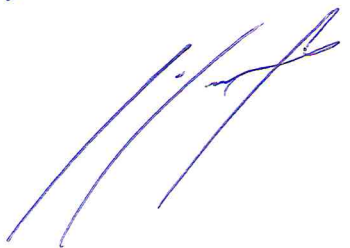
28 índices dos municípios. Dando continuidade à apresentação, o Sr. Mayko explicou
29 como é computado os valores que entrarão na contagem para a elaboração do índice,
30 de modo geral e por categorias. Falou também dos prazos para publicação do IPM e,
31 consequentemente, dos prazos para apresentação das respectivas impugnações após a
32 publicação do provisório. Os Srs. João Herculano e Marco Antônio enfatizaram essa
33 questão, amparando-se na legalidade, afirmando que devem seguir o descrito na
34 legislação inerente. O Sr. Karllayle questionou se é possível um município impugnar o
35 índice de outro município, vez que a arrecadação deste influencia na daquele. Obteve
36 como resposta do Sr. Mayko, que não é possível juridicamente um município interpor
37 recurso em nome de outro município. Contudo, ocorre que municípios têm
38 apresentado em suas impugnações fatos ocorridos em outros municípios que possam
39 invalidar o índice deste. O Sr. Marco Antônio esclareceu a questão afirmando que é
40 possível de ser feito, desde que se utilize de provas do outro para embasar o
41 argumento de sua própria contestação, ou seja, desde que o município apresente em
42 sua impugnação provas materiais permitidas pela legislação do IPM. Dando
43 seguimento, o Sr. Mayko expos o portal digital para melhor acesso dos conselheiros
44 aos processos de impugnação, para que os mesmo possam votar de modo mais
45 consciente. Explicou como acessar e como este funciona, fornecendo login e senha.
46 Encerrada a apresentação, o Sr. Marco Antônio agradeceu a presença de todos e deu
47 por encerrada a Reunião, e eu, Sara Santos Brígida  lavrei a presente
48 Ata, que lida e aprovada é firmada pelos presentes.

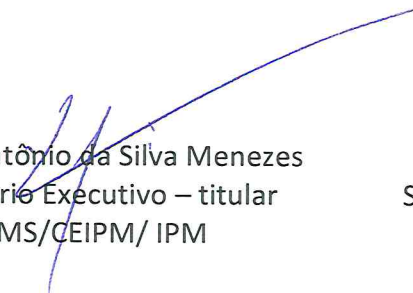

DILMA CALDEIRA DE MOURA
Presidente CEIPM/Suplente



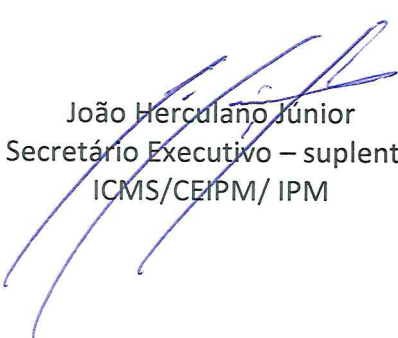








Marco Antônio da Silva Menezes
Secretário Executivo – titular
ICMS/CEIPM/ IPM

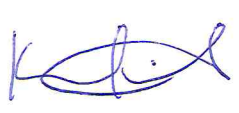


João Herculano Júnior
Secretário Executivo – suplente
ICMS/CEIPM/ IPM



Nilton Rocha Borges
Titular/TCE
ICMS/CEIPM/ IPM

Fábio Pereira Vaz
Suplente/ATM
ICMS/CEIPM/ IPM



Karllayle Ribeiro de Azevedo
Titular/NATURATINS
ICMS/CEIPM/ IPM

Adriano Vigilato de Almeida
Suplente/SEMARH
ICMS/CEIPM/ IPM

INSTITUIÇÕES AUSENTES:

Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

União dos Vereadores do Estado do Tocantins – UVET

Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS